

F
633.73
P116



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PACHECO CHAVES
Deputado Federal

EQUÍVOCOS DA POLÍTICA
CAFEIRA

Discurso proferido na sessão
de 11 de maio de 1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PACHECO CHAVES
Deputado Federal

EQUÍVOCOS DA POLÍTICA
CAFEIRA

Discurso proferido na sessão
de 11 de maio de 1971

F
633.73
P116

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971

O SR. PACHECO CHAVES: (Lê)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o eminente Líder do MDB, Deputado Pedroso Horta, incumbiu-me do debate, nesta Casa, da atual política cafeeira do Govêrno.

A matéria é relevante não sòmente pela importância do café em nosso balanço comercial e de pagamentos, mas, sobretudo, porque representa para alguns Estados do Brasil o alicerce de sua produção agrícola. E, hoje, justamente, a parcela da população que cultiva o café e nêle se apóia, econômicamente, tem razões para não estar satisfeita. É característica do problema cafeeiro a dicotomia entre os interesses do café gerador de divisas e do café produto. Na longa, gloriosa e penosa trajetória do café em nossa história, o conflito entre estas duas faces do mesmo problema tem tido significado por vêzes trágico, causando inconformidade no setor cafeeiro e grave descontentamento entre aquêles que o cultivam. Por outro lado, sendo o café o produto de maior importância em nossa pauta de exportação, não poderiam nunca os Governos se desinteressar da sorte do produto, do seu preço na exportação e do seu preço interno.

Durante muito tempo, o que perturbava a economia cafeeira era o fantasma da superprodução. Já em dias bem distantes, o contrôle da produção, com o fito de equilibrar a oferta do café, foi objeto da ação do Govêrno de São Paulo, então o Estado responsável pela maior lavoura cafeeira do País. Após o convênio de Taubaté, iniciou-se a primeira defesa organizada do café. Sua ação, a longo prazo, foi ineficaz, pois não obistou a que entrássemos em uma fase gravíssima de superprodução que durou de 1939 a 1940. A lavoura sofreu duros castigos nesse período. Precsaram ser retirados do mercado 108 milhões de sacas, das quais incineradas 78 milhões e vendidas outras 30 milhões, entre 1940 e 49. Por essa terrível operação, pouco, ou melhor, quase nada receberam os lavradores, pois foi ela, em grande parte, realizada sob a forma de quota de sacrifício e o restante pago por meio de uma taxa de exportação que teve influência negativa sôbre o preço externo do café. A segunda grande fase de superprodução cafeeira, já ao

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
15/8/73	F179

final da década de 50, teve que ser contornada pela aquisição do café com fundos hauridos do confisco sobre o câmbio de exportação do produto. Esta política, combinada à erradicação de 1.379.343 pés de café, teve que ser custeada pela própria lavoura cafeeira, já que os fundos com que o Governo retirava o excesso de café do mercado e erradicava cafeeiros, provinham do citado confisco cambial, que funcionava como se fôsse uma taxa sobre a exportação.

Tal política justificava-se somente durante o período de super-produção, quando, para cada saca de café comercializada, uma e meia era retirada do mercado e armazenada. A 30 de junho de 1968, o estoque de café adquirido pelo Governo contava 54,7 milhões de sacas.

O Sr. *Batista Miranda* — Nobre Deputado, V. Exa. ventila problema do mais alto interesse nacional. Quando traz à baila a erradicação levada a efeito no Brasil, desejo, como Deputado, como seu colega, e também como representante de Minas Gerais, testemunhar o meu louvor e aplauso às palavras de V. Exa. Na realidade, a erradicação foi um crime que se cometeu neste País, sob a inspiração do Sr. Roberto Campos. O café que produzíamos em regiões até há pouco consideradas antieconômicas, na realidade constituía economia de subsistência para uma grande parcela da população rural brasileira, sobretudo capixaba, mineira e paulista. Com a erradicação, essa gente se viu, de um dia para outro, inteiramente sem trabalho e sem condições de vida. Em razão disso, demandou os grandes centros do País e passou a integrar as célebres "favelas". No meu Estado, o crime teve grandes proporções. V. Exa. certamente dispõe dos dados. Só Minas Gerais erradicou mais café do que todo o Continente africano, . . .

O SR. PACHECO CHAVES — Que não erradicou.

O Sr. *Batista Miranda* — . . . em cerca de 400 milhões de pés. E hoje, depois desse crime, de todos os seus efeitos, de todas as suas conseqüências, eis que, num estudo levado a efeito por técnicos do Instituto Agrônomo de Campinas, chega-se à conclusão de que as condições climáticas da região propiciam inteiramente a cafeicultura. Então, agora se vai pagar, àquele que plantar até 50 mil sacas, 2.400 cruzeiros por cova de café. E o Estado ficou sem café, o Brasil ficou com menos café. São esses alguns dos erros que realmente se praticam em nosso País à revelia desta Casa e, depois, todos os efeitos e conseqüências são atribuídos a todos nós. V. Exa. está de parabéns pelo discurso que profere. É assim que este Parlamento se afirma na admiração popular. (*Palmas.*)

O SR. PACHECO CHAVES — Muito grato a V. Exa., que traz uma contribuição esclarecedora ao problema. De fato, a erradicação do café havia sido programada no sentido de unir-se à eliminação dos cafeeiros improdutivos ao plantio de novas culturas de café, mais produtivas, ou então ao estabelecimento de outras culturas que viessem compensar o *deficit* havido na produção cafeeira. Entretanto, isso não ocorreu — e é justamente o ponto que V. Exa. salientou muito bem em seu aparte — porque o Governo perdeu de vista o seu objetivo primacial e passou a espantar-se com o acúmulo de estoques, desenvolvendo uma política de desestímulo ao plantio de cafés, unida à política de erradicação dos cafeeiros, que fez com que entrássemos na fase atual. A ela vou chegar no correr do meu discurso.

Entretanto, hoje, embora a situação tenha sido alterada, em sua essência, a política do Governo conserva-se a mesma. Desde a safra de 63/64 — exceção da safra de 65/66 — a demanda de café tem sido superior à sua produção. O estoque de café baixou para 37 milhões de sacas no início da safra 70/71, mas o confisco cambial continua sendo mantido, agindo como freio à produção.

Vejam os nobres Deputados, lembrando os números que citei: em 68, esses estoques eram de 54,7; em 70/71, de 27 milhões. Durante todo esse período, o Governo teve de recorrer aos seus estoques para compensar o excesso da demanda de café no mercado internacional e no nacional.

O Brasil vem suprindo o *deficit* entre a produção cafeeira e a demanda de café, utilizando-se dos estoques acumulados nos anos de abundância. Hoje em dia, dados semi-oficiais deixam prever um estoque de 18 milhões de sacas ao final do presente ano agrícola. A próxima safra, 71/72, será de 22 milhões de sacas, totalizando a oferta de 49 milhões de sacas. Se a nossa exportação fôr de 19 milhões de sacas e o consumo interno de 8,5 milhões, a demanda total do café, em um ano cafeeiro bom, excederá a nossa produção em 5,5 milhões de sacas. A estes fatos, acresce a ocorrência da ferrugem do cafeeiro que é fator limitante do plantio.

O Sr. *Délson Scarano* — Quero felicitar V. Exa. por trazer a esta Casa o assunto de maior importância no setor da produção do nosso País. O discurso de V. Exa., até o momento, revela realmente a verdade dos fatos. O GERCA foi criado justamente para eliminar os cafeeiros que estavam dando prejuízos aos fazendeiros e produtores de café. Então, um grupo de homens abnegados, naquela oportunidade dirigidos pelo grande engenheiro-agrônomo que tanto admiramos, Wálter Lazarini, elaborou um

plano de erradicação, diversificação e implantação, enfim, um novo sistema de produção nas áreas desocupadas pela cafeicultura. E V. Exa., melhor do que ninguém, sabe que essa política realmente não foi aplicada e que, longe de propiciar alívio à cafeicultura nacional, foi, sem dúvida, um pesadelo para todos aqueles que possuíam lavouras, numa época em que estávamos com dificuldades financeiras, em que a lavoura cafeeira do País, em todos os setores, lutava seriamente com o problema financeiro. Dirigia o setor do GERCA o famoso Ritz, que saiu fazendo pregações nos Estados cafeeiros, não só levando aos cafeicultores uma palavra de desalento, mas aconselhando-os a venderem suas lavouras. Não mais se pregava a erradicação dos cafêzais improdutivos. E, apavorados por aquela pregação de que a lavoura cafeeira era um péssimo negócio que traria prejuízos incomensuráveis para o produtor, os fazendeiros, na sua maioria, viam-se já sugados pelo famigerado confisco cambial citado por V. Exa. Aos que tinham débitos para com os bancos, oficiais ou não, restava a única saída de vender suas lavouras — inclusive, não fazia o menor sentido erradicar, porque estavam em fase de produção — para saldar seus compromissos e se retirarem do negócio, pois a pregação dos responsáveis pela direção da política do café no País lhes apresentava como um verdadeiro descalabro o possuir uma lavoura de café. V. Exa. está de parabéns por trazer este assunto à baila nesta Casa. O problema é tão importante que nós, cafeicultores, procuramos, por intermédio da FAESP e das representações de federações da agricultura dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, criar outra perspectiva para essa lavoura e oferecer um anteprojeto às autoridades federais, com a finalidade da implantação de novas lavouras e no sentido de corrigir as distorções que estavam realmente causando — e que ainda hoje infelizmente, assim continuam, em menor porte — dificuldades para a cafeicultura nacional. Quando V. Exa. vai à tribuna discutir assunto tão relevante para a economia nacional, cabe-me, como homem ligado à cafeicultura, felicitá-lo pelo brilhante discurso que está fazendo.

O SR. PACHECO CHAVES — Muito grato a V. Exa., cujo aparte esclareceu perfeitamente aquilo que eu havia resumido, com relação à erradicação de cafeeiros, em resposta ao aparte do colega que o precedeu.

O Sr. *Herbert Levy* — Permita. V. Exa. me antecedeu na tribuna, que ocuparei para examinar detidamente esse gravíssimo problema da política cafeeira. Mas não quero demorar em registrar no discurso de V. Exa. um dado que mostra como estão fora da realidade os responsáveis pela direção da política cafeeira. O Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, órgão

técnico, abalizado, totalmente insuspeito, encontrou um custo de produção, na safra corrente, de 152 cruzeiros por saca. Isto, em julho do ano passado. Agora, temos as despesas acumuladas para o lavrador, de armazenagem e de juros. Disponho — e posso mostrar a V. Exa. — de registro de liquidação de vendas por cooperativa especializada de cafés finos do sul de Minas, os melhores que temos, livrando 120 cruzeiros por saca, para o produtor. Dispensam-se comentários, quando é sabido que nos últimos dois anos, pela venda do estoque e através do confisco cambial, entraram para o Tesouro, provenientes dessa empobrecida lavoura cafeeira, mais de 3.400 milhões de cruzeiros novos.

O SR. PACHECO CHAVES — Muito grato a V. Exa. pelo aparte. V. Exa. me antecede em dados que apresentarei a respeito de custos de café, dados aliás que V. Exa. já havia citado em brilhante artigo em "O Estado de São Paulo" e do qual aproveitei grande parte, para elaboração deste meu pronunciamento.

Se V. Exas. se recordarem daquilo que eu vinha dizendo sobre o confisco cambial aliado à ferrugem dos cafeeiros, verão que podemos chegar à conclusão, de que esses dois fatores, combinados, colocam o Brasil diante de uma perspectiva absolutamente nova em matéria de política cafeeira, qual seja, o afastamento do espectro da superprodução, que vinha sendo até hoje o fator determinante da política do café. Orgulham-se os nossos dirigentes econômicos de sua imaginação. Pois bem, parece-me que, em café, o que ocorre é exatamente carência de imaginação.

A atual política cafeeira vem-se revestindo de um cunho preponderantemente fiscal, ou melhor, monetarista. As reivindicações justas dos lavradores não têm sido atendidas, e a tentação de bons resultados financeiros adquire preeminência sobre os interesses dos produtores e contraria o interesse nacional no sentido da efetivação de uma política econômica justa. Com efeito, durante o ano de 1970, a política cafeeira caracterizou-se pela tentativa de valorização dos preços do café, alternada com a venda de café estocado pelo IBC, com deságios crescentes, para permitir enfrentar os preços cadentes do mercado internacional.

Tal situação levou-nos a um encilhamento geral e à estagnação dos negócios não oficiais. O quadro é preocupante: lavradores, na expectativa da alta, comerciantes com estoques financiados e invendáveis, preços externos nominais elevadíssimos — acima dos colombianos — e deságios pagos aos importadores para permitir o registro de exportação na base fixada pelo Governo. A conjuntura em causa foi esplendidamente retratada por uma série de reportagens realizadas pelo jornal "O Estado de São Paulo", nas quais o desespero de lavradores e comerciantes se espelha, clara-

mente, sem o veu opaco dos seus pronunciamentos oficiais, laudatórios ou tímidos, quando vêm a público.

Quando a política de preços fixos e de valorização teve de ser abandonada pelo Governo, não foram encontrados os culpados pelos erros anteriores. Entretanto, os prejuízos sofridos pela Nação com a baixa de nossas exportações, que atinge cerca de 4 milhões de sacas, e a triste condição a que se encontram reduzidos, tanto os produtores, como o comércio do café, são uma realidade evidente e realidade que precisa ser enfrentada para que seus frutos não se tornem ainda mais amargos para o Brasil.

Ilustrarei minha afirmação citando alguns números insuspeitos, pois a sua fonte é o Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo e o seu autor é o hoje Secretário da Agricultura do meu Estado. O autor formula uma alternativa de situações estatísticas do café no Brasil, projetando-as para o futuro: ou manter a política atual, conservadora e desestimulante para o produtor — a observação é minha — ou melhorar as condições da lavoura pela melhoria dos insumos aplicados à agricultura. Simultaneamente, são aplicadas medidas restritivas do consumo interno, já que não se pode contar com o aumento do ritmo de plantio do café, para aumentar a oferta do produto.

Em ambos os casos mantém-se a exportação de 19 milhões de sacas anuais.

Na primeira hipótese, partindo do estoque de 38,5 milhões de sacas e produção de 12 milhões — safra 1970/71 — e de um consumo total de 27,5 — consumo interno mais exportação — chegaremos ao final do ano cafeeiro de 1972/73 com estoque de apenas 1 milhão de sacas!

Na segunda hipótese, reduzindo o consumo interno a 5 milhões de sacas, hoje 8,5, e admitido um aumento de produção da ordem de 4 a 6 milhões para 1972/73 e 1973/74, respectivamente, chegaremos a este último ano com um estoque de 18 milhões de sacas, apenas confortável para atender à ameaça de uma geadada, de uma seca, ou de um ataque brutal de ferrugem.

Vejam bem V. Exas. o que isto significa. Esta segunda hipótese exige uma redução do consumo de café de 8,5 para cinco milhões de sacas; e exige também que os incentivos à lavoura permita o aumento da produção de maneira substancial, para que possamos chegar a um resultado apenas semelhante ao que desfrutamos hoje. Se essa segunda hipótese não se verificar, e se ocorrer a primeira — que é mais provável, porque vem sendo a política seguida atualmente pelo Governo — chegaremos, ao final da safra 72/73 sem estoque para atender à quantidade excedente da demanda do café sobre a nossa capacidade de produção.

O Sr. Fernando Gama — Nobre Deputado Pacheco Chaves, V. Exa. retrata com perfeição, dado os seus conhecimentos sobre o assunto, a atual conjuntura cafeeira. É preciso que o Governo e os responsáveis pela política cafeeira dêste País anotem as palavras de V. Exa. e sobre elas meditem. É chegado o momento de defender a cafeicultura nacional, que representa efetivamente a nossa primeira fonte de divisas. O que V. Exa. afirma, hoje, já vem sendo dito nesta Casa desde 1964. Em 1967, quando o Sr. Ministro Macedo Soares aqui esteve, fizemos sentir, quando o interpelamos, que em 1972 o Brasil não teria mais produção para atender à demanda no mercado interno e à sua quota de exportação. Por conseguinte, o Brasil iria paulatinamente sair do mercado internacional, em virtude da política de preços altos, irrealis, no mercado externo. Como disse V. Exa. é uma política absolutamente monetarista, a ponto de o nobre Deputado Daniel Faraco, certa feita, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Café, da qual fazíamos parte, declarar que não importava o número de sacas exportadas, mas apenas a importância em dólar que o Brasil obtería com a venda do café. Se vendêssemos apenas 1 milhão de sacas e fizéssemos 800 milhões de dólares, o Brasil estaria satisfeito, porque sua necessidade era de 800 milhões de dólares, esquecendo que comércio internacional é mercadoria circulando pelo mundo. Este erro tem sido constante, e o Governo teima em manter essa política. É preciso que, através desta Casa e da palavra de homens como V. Exa., façamos o Executivo sentir a necessidade da alteração desta política. Se isso não ocorrer, iremos pelo mesmo caminho da borracha. Em breve, ninguém terá condições nem ânimo para plantar café, hoje o segundo produto-ouro do mundo. É bom que se diga que, depois do petróleo, o café é o segundo produto internacional. Parabéns a V. Exa. pelo brilhante discurso que está fazendo.

O SR. PACHECO CHAVES — Muito grato a V. Exa.

A contribuição desta Casa e do Senado Federal para o esclarecimento do problema do café retrata-se no magnífico trabalho da Comissão Mista, instituída na Legislatura passada, e da qual foi Relator o nobre Deputado José Richa. É um relatório dos mais extraordinários que ultimamente se tem realizado em matéria de café, em virtude da quantidade de dados que traz a público e da forma pela qual foi apresentado.

Voltando ao meu discurso, estes dados singelos espelham a gravidade da situação e mostram a urgência e a extrema necessidade de uma ação vigorosa no sentido da superação da crise originada pela baixa produção do café brasileiro.

Ora, não é possível incentivar-se uma lavoura mantendo-lhe baixos os preços de remuneração. O malôgro da política de replantio, tentada no ano findo, pelo Governo federal e paulista, reflete esta realidade. Dos 80 milhões de pés programados, não chegaram a ser replantados 40 milhões. A explicação é clara, o lavrador não consegue compreender por que o Governo confisca-lhe 50% do preço do café, e deseja que o replante financiando-o a 24% ao ano!

A política cafeeira é que precisa ser modificada. Para conseguirmos melhoria na produção dos cafeeiros existentes, já que dificilmente se replantarão café, repito, será necessário eliminar ou atenuar o confisco cambial, permitindo melhor remuneração ao produtor.

A produção de café reage rapidamente à melhoria dos preços. No mesmo estudo a que me referi anteriormente, existe um gráfico espelhando a relação entre a produção e os preços do café no Brasil. Neste, pode-se notar nitidamente o efeito negativo dos preços baixos sobre a produtividade. Somente em São Paulo, se dobrada a quantidade de adubo aplicada na lavoura, obteríamos mais 2,8 milhões de sacas em uma produção de 7 milhões — 40%. Estes mesmos números, se aplicados a todo o Brasil, permitiram que nos aproximássemos de um aumento da produção de café capaz de garantir a exportação anual de 19 milhões de sacas e a manutenção de um estoque de cerca de 20 milhões.

O que não é possível é continuarmos a confiscar do lavrador 50% do valor da saca de café, fazendo com que o nível de remuneração do produto nem consiga cobrir o preço do custo, acrescido do ICM. O custo avaliado de produção na atual safra para uma colheita de 50 arrôbas por mil pés — média no Estado de São Paulo — é de Cr\$ 125,52. A esta importância devem-se acrescentar os impostos de Cr\$ 27,75, dando um total de Cr\$ 153,27. O produtor troca apenas café, por desgaste de capital e pagamento de mão-de-obra.

O café, para atingir os preços incentivadores de 1950/55, precisaria ser vendido a Cr\$ 200,00 por saca, o que é perfeitamente possível.

Há pouco tempo, um início de polêmica pela imprensa dividiu em dois setores os responsáveis pela política do café dos dois períodos revolucionários. Os senhores Roberto Campos e Delfim Neto justificaram, cada qual, a sua política, o primeiro numa espécie de *mea culpa*, e, o segundo, defendendo a atual política cafeeira.

Entre outras coisas, afirmou o senhor Ministro da Fazenda que o aumento do preço do café pago aos produtores havia sido

maior do que o de outros produtos agrícolas. Entretanto, estatístico e economista que é, o senhor Delfim Neto esqueceu-se de que partia de índices de preços compressivos da produção que, aliás, originavam-se da política econômica de seu antecessor, hoje fora da ribalta, mas pleiteando a revisão da política cafeeira. Os índices claros e insofismáveis são, mais uma vez, os utilizados pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo, que mostrou, gráficamente, o nível dos preços estimulantes da produção, isto é, os vigentes no período de 1950/55.

Não sabemos a que atribuir a cegueira da política do café. Seria o desejo de apurar divisas e cruzeiros com a venda dos estoques? Seria a intenção de ordenar o fluxo do dinheiro necessário ao financiamento e compra do café? Seria, simplesmente, a crença de que o café se recupera com facilidade da crise atual, como já o fez em épocas passadas?

Não sei; o que posso afirmar é que o Brasil superou a época da superprodução e não tem possibilidades de cultivar o replantio em condições tão favoráveis como as do passado. Urge uma política mais liberal para o nosso principal produto de exportação. Criar condições que permitam o aumento na produção das 1.800.000 plantas produtivas existentes no País. Liberar o preço interno do café visando à redução do consumo interno, de maneira a garantir o seu nível atual de exportação e a manutenção de um estoque apto a atender eventuais crises de produção.

O Sr. Dêlson Scarano — V. Exa. vem desenvolvendo um belo discurso. Tenho diversos trabalhos sobre o café, . . .

O SR. PACHECO CHAVES — Sei. Infelizmente ainda não foi publicado o último discurso de V. Exa.

O Sr. Dêlson Scarano — . . . embora modestos, e com satisfação observo que perfilhamos o mesmo pensamento e caminhamos na mesma perspectiva de análise do problema. Em entrevista publicada em quase todos os jornais do Brasil, especialmente nos de São Paulo, abordei tema dessa natureza, afirmando que, se o Governo não tomasse providências urgentes no sentido de dar ao cafeeiro a remuneração que ele necessita receber, por uma riqueza por ele criada — é ele quem planta, cuida e colhe o café — não haveria condições para sobrevivência da lavoura cafeeira. Em pouco tempo, com efeito, não só estaria fracassado o plano de recuperação do plantio, como teríamos de importar café para o nosso próprio consumo no futuro. Esta a perspectiva, na minha concepção, com referência ao problema da cafeeicultura, e estas as razões por mim invocadas em discursos, entrevistas e congressos, nos quais sempre defendi o interesse do cafeeiro. Devo reco-

nhecer, porém, nobre Deputado, que, de uns meses para cá, o Governo tem tomado medidas de alcance. O atual Presidente da República, aliás, determinou providências de alta significação para a comercialização e a produção. V. Exa., conhecedor profundo da matéria, sabe perfeitamente que aqueles registros muito altos prejudicavam o nosso sistema de exportação. Hoje, no entanto, estamos na fase de registro móvel, e a fixação do *quantum* de dólar por saca de café veio também a ser estabelecida em escala móvel, numa incidência de 19 para 17,30, por exemplo, de acôrdo com as reações do mercado internacional, a fim de não colocar o nosso produto em situação superior à de nossos concorrentes. Tais medidas, decorrentes de uma série de reivindicações do comércio de exportação e da própria lavoura cafeeira, trarão, sem dúvida alguma, facilidades à exportação e, como resultado, melhoria dos preços de produção. A linha de crédito oferecida pelo Banco do Brasil, proporcionando ao cafeicultor condições para um tratamento mais significativo à sua lavoura, representa outro grande incentivo. A fixação do *quantum* do dólar, que vem hoje nas portarias emitidas e nas resoluções do IBC, é realmente uma demonstração da boa vontade do Governo no sentido de amparar o cafeicultor. Tenho certeza de que estamos diante de um quadro realista. O Governo está compreendendo as necessidades do setor, e V. Exa., com seu discurso, presta inestimáveis serviços à cafeicultura no Brasil, porque vem, mais uma vez, mostrar a necessidade de o Governo continuar a amparar essa nobre atividade.

O SR. PACHECO CHAVES — Nobre Deputado, o que estou expondo é justamente o meu desagrado à política que o Governo vem mantendo, pois êle continua sustentando o confisco cambial, como mostrei, e o mantém numa proporção tal que os preços garantidos para o produtor não representam incentivo à produção. As medidas que o Governo tomou para sanear o mercado internacional são inteiramente razoáveis. O que não devia ter ocorrido é a situação anormal que perdurou durante todo o período de 1970 a 1971 no mercado internacional e que nos impediu a venda de cerca de quatro milhões de sacas de café. A política do Governo brasileiro em matéria do café tem sido errada do princípio ao fim embora tenha procurado corrigi-la, desatando uma das pernas que segurava, que amarrava a solução do problema cafeeiro.

Será necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num momento como êste, grave — porque é grave a situação dos produtores e também a dos comerciantes, das cooperativas, de todos aqueles que comercializam o café — sobretudo, às vésperas do nôvo ano cafeeiro, sanear o mercado interno, duramente atingido

pelos desacertos oficiais de 1970/71. Deveríamos recorrer, inclusive, ao remédio extremo de comprar os estoques em mãos de cooperativas, comissários, exportadores e bancos, a fim de liberar o comércio regular dos ônus que o sobre-carregam e impossibilitam a comercialização da nova safra.

Esta operação, aliás, seria saldada com pouco dispêndio, pois a rêde bancária, com recursos do setor público, do Fundo do Café, já financia os estoques. Retardá-la seria correr o risco de vermos estatizado o comércio exterior do café, com as perspectivas de insucesso que o passado próximo e remoto nos deixam facilmente prever.

Mas, para isso, será preciso, e urgentemente, que o Brasil produtor predomine sobre o Brasil fiscal, e que as preocupações antinflacionárias do Governo não o coloquem em situação de fazer com que os nossos governantes sejam ainda mais prejudiciais à economia cafeeira do que a ferrugem que ameaça, perigosamente, o futuro de nossa cafeicultura. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)